

Michel Foucault: a estética de si como resistência¹

Andréa Maria Carneiro Lobo Socudo²

RESUMO

O artigo descreve os aspectos fundamentais do pensamento do filósofo Michel Foucault, inicialmente com foco na construção da categoria de sujeito como objeto de estudo no pensamento ocidental, analisando, em seguida, a posição do autor sobre a possibilidade de a estética de si como resistência.

Palavras-Chave

Sujeito – Estética de Si - Resistência

Introdução

Em sua trajetória intelectual, o filósofo Michel Foucault desenvolveu aquilo que André Duarte³ sintetizou como uma “pesquisa histórico-genealógica” de inspiração nietzschineana, investigando, primeiramente, a constituição dos saberes em relação à sua configuração e aos seus deslocamentos frente ao campo epistêmico: o elemento subterrâneo que configura o que pode ser pensado, o enunciável e o indizível, em diferentes épocas e espaços.

A essa primeira fase do seu percurso intelectual, também denominada *arqueológica*, correspondem obras como *A História da Loucura na Idade Clássica* (1961); *Nascimento da Clínica* (1963); *As Palavras e as Coisas* (1966) e *A Arqueologia do Saber* (1969).

As obras da década de 1970 são caracterizadas por estudiosos como Roberto Machado⁴ como parte da segunda fase da investigação foucaultiana, também denominada *Genealógica* e que contemplam o desenvolvimento de um método genealógico na configuração de uma *analítica do poder* na

¹ Artigo recebido em 14 de novembro e aceito em 12 de dezembro de 2013.

² Mestre e Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná. Professora de História do Direito do Curso de Direito das Faculdades Integradas do Brasil – Unibrasil.

³ DUARTE, André. **Vidas em Risco**. Crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. São Paulo: Forense Universitária, 2010. p. 69.

⁴ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. v. 1.

modernidade em sua relação com os saberes, destacando-se os textos: *Nietzsche, a Genealogia e a História* (1971); *O Poder Psiquiátrico* (1974); *Vigiar e Punir* (1975); *Os Anormais* (1975); *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979); *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber* (1976) e *A Microfísica do Poder* (1979), entre outros.

A terceira e última fase do pensamento foucaultiano é caracterizada como *Ética*, e a ela correspondem os volumes 2 e 3 da *História da Sexualidade* (1984), *O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si; O que é um autor* (1983); *A hermenêutica do Sujeito* (1981-1982); *A Verdade e as Formas Jurídicas* (1996), entre outros. É nesta fase que se situam os textos em que se pode perceber um debate mais intenso sobre as possibilidades de resistência às estratégias de sujeição postas pelos diferentes discursos que atravessam a categoria do sujeito.

Dentre essas possibilidades, a questão da estética de si, que procuraremos explorar a partir da categoria do sujeito e a forma como foi pensada por Foucault e alguns estudiosos que se debruçaram sobre sua obra.

O Sujeito: uma categoria histórica

Dentre as múltiplas possibilidades que se colocam quando nos dispomos a pensar com Foucault sobre a modernidade⁵, a questão da relação entre a estética de si e a ética nos parece de intensa relevância, embora pertença à última fase da trajetória intelectual do autor. Uma das formas de se explorar essa questão é partindo das considerações sobre a categoria do sujeito, que, de acordo com o filósofo, é algo construído historicamente.

Mas como se situar em relação ao processo de construção histórica do sujeito no pensamento de Foucault? De acordo com Ana Maria Burmester

⁵ Compreendemos *Modernidade* a partir das discussões de autores como Anthony GIDDENS, quando afirma: “O que é modernidade? Como uma primeira aproximação, digamos simplesmente o seguinte: ‘modernidade’ refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundial em sua influência.” (GIDDENS, Anthony. **As Consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991. p. 11).

mediante a análise de como ele foi pensado e construído, por diferentes disciplinas, em seus saberes e práticas diferenciados⁶

Desde os primeiros trabalhos de Michel Foucault, a questão do sujeito aparece delineada como parte fundamental do processo de especialização dos saberes sobre o homem e de sua conformação discursiva na passagem do chamado período clássico para a modernidade.

Inicialmente, essa discussão se dá mediante os estudos do filósofo sobre a Literatura, concebida em Foucault, segundo Roberto Machado, até *As Palavras e as Coisas*, como o espaço da exterioridade absoluta, do simulacro⁷, e, talvez, considerando a influência de Maurice Blanchot nessa primeira fase do pensamento foucaultiano, do *fora*.⁸

Em *As Palavras e as coisas*, Foucault aponta para o fato de que, até o final do século XVII, era comum um tipo de literatura cuja autoria da história não interessava: era partilhada por todos, sem uma identificação com o autor.

O domínio das histórias que eram transmitidas por uma tradição basicamente oral era coletivo: desconhecia-se o autor ou sua existência era mitificada, mas isso pouco importava.

O teor da narrativa, quase sempre de conteúdo moral ou épico era o centro de interesses. Havia um desejo de similitude, de fazer a vida se aproximar da epopéia, de se comportar e agir, pensar e ser tal qual os

⁶ BURMESTER, Ana Maria. A vida como obra de arte: o sujeito como autor? In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.) **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 27.

⁷ “Na época de *As palavras e as coisas*, Foucault caracteriza o ser puro e intransitivo da linguagem literária como distância, exterioridade, espaço vazio, repetição, simulacro. Mas não se pode dizer que esta seja sua concepção final. Longe disso.” (MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000).

⁸ “A perspectiva blanchotiana sobre o espaço literário pressupõe uma libertação deste para com a concepção clássica de *logos* que aprisionava a linguagem artística ao sujeito cognoscente. A partir da análise de obras de autores como Proust, Mallarmé, Rilke e Kafka, Blanchot desenvolveu a sua teoria sobre o *fora*, conceito relacionado à despersonalização do sujeito no texto literário e à instituição de um *ser da linguagem* enquanto um elemento independente e autônomo, cuja existência teria se desenvolvido na mesma medida da crise da idéia de *sujeito e de logos*.” (LOBO, Andréa Maria Carneiro. **Desvanecimento poético**: outra existência possível nos textos de Paulo Leminski e Ana Cristina César. Dissertação de Mestrado. Curitiba, Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, 2005. P. 86.

modelos, os heróis.⁹ A narrativa era impessoal, de domínio coletivo e seu conteúdo era moralizante, formador e/ou mantenedor de comportamentos.

Contudo, com a decadência do saber clerical, o questionamento dos dogmas e dos comportamentos a ele relacionados, a urbanização e o êxodo rural, a expansão do comércio e o advento da sociedade industrial, os saberes que antes se confundiam com a tradição e com a religião passaram a se especializar, a se singularizar enquanto discursos a partir de práticas diferenciadas de poder sobre os indivíduos.

A *épistémè* - princípio ordenador sob o qual se constitui o saber em cada época - em que passam a ser constituídos esses saberes, se modifica: na idade clássica esse princípio era a ordem, a classificação, mas na passagem do século XVIII para o XIX esvai-se o solo comum que antes ordenava os saberes e a historicidade se torna o novo terreno a partir do qual o pronunciável e o indizível é definido:

Assim, a análise pôde mostrar a coerência que existiu, durante toda a idade clássica, entre a teoria da representação e as da linguagem, das ordens naturais, da riqueza e do valor. É esta configuração que, a partir do século XIX, muda inteiramente; a teoria da representação desaparece como fundamento geral de todas as ordens possíveis; a linguagem, por sua vez, como quadro espontâneo e quadriculado primeiro das coisas, como suplemento indispensável entre a representação e os seres, desvanece-se; uma historicidade profunda penetra no coração das coisas, isola-as e as define na sua coerência própria, impõem-lhes formas de ordem que são implicadas pela continuidade do tempo; a análise das trocas e da moeda cede lugar ao estudo da produção, a do organismo toma dianteira sobre a pesquisa dos caracteres taxinômicos; e, sobretudo, a linguagem perde seu lugar privilegiado e torna-se, por sua vez, uma fissura da história coerente com a espessura de seu passado. Na medida, porém, em que as coisas giram sobre si mesmas, reclamando para seu devir não mais que o princípio de sua inteligibilidade e abandonando o espaço da representação, o homem, por seu turno, entra, e pela primeira vez, no campo do saber ocidental.¹⁰

Nesse processo, segundo Foucault, se constituíram os saberes sobre o homem, que se transformou ao mesmo tempo em sujeito e objeto de análise. Sendo a *épistémè* o princípio ordenador do saber em cada época, os saberes sobre o homem nascidos com a modernidade têm como princípio legitimador comum (como *épistème*) a história, que substitui a ordem, conforme destaca André Duarte:

⁹ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail São Paulo: Martins Fontes, 1992.

¹⁰ Ibid, p.

Com o surgimento da *épistémè* moderna, argumentou Foucault, a *História* substituiu a *Ordem* como determinação do modo de ser da ordem, constituindo-se, assim, o novo *a priori* que permitiria a constituição de objetos empíricos para um sujeito do conhecimento também ele empírico e exposto ao conhecimento objetivo de si mesmo. (...) Essa mutação afetou a antiga autonomia soberana da representação e da análise das representações como constituintes do solo comum do saber clássico, pois os novos objetos empíricos denominados vida, linguagem e trabalho escapam ao livre jogo das representações para aparecer, pela primeira vez, em sua concretude histórica e objetiva.¹¹

E o lugar em que essa historicidade é tida como legítima, na época moderna, é a academia. Portanto, passam a ser considerados legítimos (discursos tidos como válidos e verdadeiros) aqueles que têm como pano de fundo dos seus estudos uma ordenação de caráter histórico e que advém de instituições acadêmicas.

Trata-se de saberes especializados, multifacetados, institucionalizados, que operacionalizam sua investigação sobre diferentes aspectos da existência do sujeito (agora como objeto) e expressam o conteúdo de sua investigação por meio de discursos que acabam por definir o que é esse mesmo sujeito, em um território dividido entre o empírico e o transcendental, segundo Duarte:

Em suma, o homem surge para o pensamento moderno como um ser perpassado por domínios que ele não pode compreender de maneira absoluta, mas, entretanto, como um ser dotado de uma inteligência sempre capaz de aumentar gradativamente o espaço daquilo que se pode esclarecer. (...) Na análise foucaultiana, o homem como sujeito e objeto de conhecimento nasce em um território fundamentalmente fracionado entre o empírico e o transcendental, e as ciências humanas, que estudam as representações que o homem elabora do seu trabalho, sua vida e sua linguagem, estarão condenadas a oscilar perpetuamente entre considerá-lo como um ser determinado por condições sobre as quais ele não tem controle (o homem não controla as condições de sua vida, de seu trabalho e de sua linguagem, que lhe são preexistentes) e como o ser que, em suas próprias limitações, está apto a conhecer-se como ser finito, tornando-se sujeito e condição de possibilidade de seu autoconhecimento...¹²

Portanto, no limiar da modernidade, nos discursos produzidos pela relação saber-poder entre as ciências do homem, o sujeito passa a ter importância central. Em Foucault discurso pode ser compreendido, grosso modo, como a expressão prática e teórica de um determinado tipo de saber.

¹¹ DUARTE, op. cit., p. 78.

¹² Ibid, p. 81.

Dessa forma, não dissocia a ação da teoria, ou o poder do saber, visto que para este autor todo discurso é, em si, um exercício de poder, poder que se encontra distribuído nas mais diferentes estâncias sociais e que se ancora em um determinado saber, que, em nosso tempo, remete ao universo acadêmico.

Ao remeter aos discursos que fundam a modernidade, portanto, refere-se ao processo de instituição de determinados saberes e práticas, que se constituíram em ciências a partir do século XVIII e que engendram mecanismos de poder. Dentre esses saberes, as ciências do homem, que tem como foco central a existência do sujeito.

De acordo com Sara Mills, pode-se entender ainda categoria de discurso em Foucault como o domínio comum de declarações que se manifestam, por vezes, sob a forma de enunciados e às vezes como prática reguladora e que tem como característica fundamental a pretensão de verdade.¹³

O discurso, portanto, se ancora num terreno epistêmico comum, que define o que pode ou não ser pensado e dito em cada época porque se apresenta como a tradução possível da realidade, a forma como essa realidade se apresenta, e, por isso, engendra mecanismos de poder e dominação ancorados nos saberes que determinam o que é normal e o que é patológico, o que é verdadeiro e o que é falso, o que pode e o que não pode ser dito.

Na modernidade, os discursos se vinculam aos saberes institucionalizados – tidos como enunciados de verdades - e esses saberes provém da Academia: numa sociedade como a nossa, é ela quem define não somente o lugar do discurso, como os princípios de exclusão, ou seja, o que não pode ser pronunciado, se pronunciado, não pode ser levado em conta ou não pode ser tido como verdadeiro.

Michel Foucault localiza em nossa sociedade pelo menos três grandes sistemas de exclusão, três estratégias que permitem selecionar, controlar, organizar e redistribuir o conteúdo dos discursos que a fundamentam. Esses princípios são: o tabu (a palavra proibida, aquilo sobre o qual não se fala); a oposição entre razão e loucura e a oposição do verdadeiro e do falso.¹⁴

¹³ MILLS, Sara. **Michel Foucault**. London: Routledge, 2003. p. 55.

¹⁴ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 8-19.

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no direito natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro. Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade.¹⁵

Esses saberes, que por meio de práticas discursivas, definem e regulam o que pode ou não ser entendido como verdadeiro e legítimo, tem como foco comum, como objeto central de suas formulações, o sujeito que, pensado como um ser dotado de linguagem, que vive e que trabalha, torna-se o centro e o foco dos saberes e dos seus mecanismos de poder gestados a partir da modernidade. Pela primeira vez na história, portanto, a partir do final do século XVII, vemos o movimento pelo qual o homem se transforma no sujeito e no objeto central de suas investigações.

Pensando dessa forma, temos que a compreensão do sujeito tal qual a concebemos em nosso tempo, é construída por meio de diferentes discursos que o atravessam, definem, delineiam. A nossa existência, o que somos, o que entendemos por nós mesmos, é construída historicamente por diferentes saberes que nos dizem quem somos, porque somos, o que devemos fazer do nosso corpo, como devemos pensar, nos comportar, etc.

Trata-se de discursos, portanto, que diferentemente da ideologia, não impõem nada ao indivíduo: uma vez que esse mesmo indivíduo só se apercebe de si por meio desses discursos, sua imposição não é negativa, e sim positiva, pois produz - realidades, percepções, possibilidades – afirma-se, insinua-se, definindo, assim, o modo como percebemos a realidade e a nós mesmos.

Desse ponto de vista, parece não haver saída possível: não há autonomia, não há liberdade. Mas não é essa a direção para a qual caminham os últimos trabalhos de Foucault, que versam, entre outras coisas, sobre a relação entre o sujeito e o cuidado de si.

¹⁵ Ibid, p. 19.

A escrita de si como estratégia de resistência

Em algumas obras de Michel Foucault, a questão da constituição histórica da categoria do sujeito é evidenciada, no entanto, segundo Burmester, a coletânea de textos composta pelas suas aulas no Collège de France entre 1981 e 1982 e publicada sob o título de “Hermenêutica do Sujeito”, se destaca.

Nela, a ideia de sujeito é abordada de forma a se afastar de uma compreensão transcendental - tal qual fora concebida por determinadas teorias filosóficas anteriores - e também de uma compreensão moral.

Para pensar o sujeito como uma ideia construída historicamente, Foucault o considerou a partir da sua origem moderna, pensando-o a partir das disciplinas que, em suas práticas e saberes, o formularam, definiram, para, a partir disso, vislumbrar possibilidades de desconstrução, de assujeitamento.

Dentre essas disciplinas, a psicanálise merece destaque privilegiado na investigação do autor sobre a construção histórica da ideia de sujeito, talvez porque, segundo Birman, ali seja onde essa mesma construção se mostre mais plenamente realizada, atravessada por múltiplos discursos: o sujeito construído na Psicanálise é, desde Freud, passando por Jung e Lacan, um sujeito múltiplo: basta, por exemplo, pensar na divisão feita por Freud – Ego, Superego e Id.

Na psicanálise, de maneira mais intensa e crucial do que nas outras disciplinas, a consciência ontológica da subjetividade se apresenta de forma indissociável de uma experiência ética possível na modernidade.¹⁶ Ou seja, a busca pela conceituação do que eu sou, do que me define, me caracteriza e me torna único e separado, torna-se central enquanto formulação ética do nosso tempo.

Talvez por isso, em sua fase mais tardia, o “último Foucault”, estabelece aproximações e rupturas para com o discurso psicanalítico em torno da

¹⁶ BURMESTER, op. cit., p. 27.

questão do sujeito. Por exemplo: o descentramento do sujeito, promovido inicialmente por Freud mediante o conceito de inconsciente, revelaria uma inconsistência ontológica: afinal, em que o consiste o ser do sujeito? Sendo ele multifacetado, à mercê do inconsciente, o que é ele? É ele alguma coisa? Possui alguma consistência?

Essa ruptura é acentuada pelos estudos de Linguística e Teoria Literária (em especial de Maurice Blanchot) que também influenciaram Foucault e Deleuze na construção do conceito de *fora*, em consequência da relação da linguagem com o sujeito como o pensamento do fora: a linguagem como enunciado que não exprime o real, nem aquele que fala, mas apenas a sua própria superfície, a linguagem como o fora, como o espaço da imanência.

Segundo Birman, a Psicanálise, assim como a Psiquiatria e a Psicologia, são amplamente questionados por Foucault, por serem consideradas versões disciplinares da filosofia do sujeito,¹⁷ ou seja, disciplinas que de alguma forma, se instituíram mediante discursos que tentam definir o que é o sujeito, ainda que para isso, o tenham encaminhado para uma perspectiva múltipla, multifacetária.

O processo de sujeição é o processo de instituição, diferenciação e institucionalização dos saberes a partir do final do século XVII. Saberes que se manifestam enquanto discursos – saber e prática – e que engendram mecanismos de poder que tem como foco a vida dos indivíduos. Daí a expressão cunhada por Foucault e presente na obra “História da sexualidade – A vontade de saber”: a história do poder na modernidade é a história de um biopoder, uma biohistória, a história de um poder que se atomiza, se especializa se institucionaliza e se institui mediante discursos que tem como foco a vida das pessoas, primeiramente consideradas individualmente – na sociedade disciplinar – e a partir do século XIX consideradas enquanto populações – a biopolítica.¹⁸

¹⁷ BIRMAN, Joel. **Entre cuidado e saber de si**: sobre Foucault e a psicanálise. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. Apud BURMESTER, Ana Maria. A vida como obra de arte: o sujeito como autor? In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.) **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 28.

¹⁸ A era do *biopoder*, de acordo com Foucault, pode ser dividida em duas fases. A primeira localizada entre os séculos XVII e primeira metade do século XVIII, caracterizada pelo desenvolvimento do *corpo-máquina*; e a segunda, que se desenvolveu a partir da segunda

No contexto da passagem de uma sociedade disciplinar para uma sociedade biopolítica, o que se tem é outra figura do sujeito, não mais aquele sujeito múltiplo e multifacetário da psicanálise, mas o sujeito anônimo das populações, o sujeito pensado em termos de nação, raça, classe. Porções homogêneas definidas mediante critérios científicos (vindos da Biologia – raça – ou da Sociologia – classe) passíveis de serem governadas, ou de forma mais radical, passíveis de serem sujeitadas.

Como essas relações de sujeição, concernentes ao Biopoder fabricam sujeitos? Sob quais circunstâncias? Mediante quais instrumentos? BURMESTER relembra que em Foucault uma das estratégias é o evento da guerra, como a ideia de uma guerra constante - ou como diria Giorgio Agamben de um estado de exceção constante ¹⁹- justifica a sujeição, a governança, tomando o lugar da antiga soberania.

Governa-se uma determinada população, reduzindo sua existência política a uma existência puramente biológica – e então, fenômenos próprios da existência de todo ser vivo – nascimento, deslocamentos, reprodução, doenças, morte – passam a ser questão de Estado: a questão do gerenciamento da população como questão fundamental do Estado.

Mediante as estratégias da Biopolítica esse poder é exercido, de forma constante e intermitente, esse governo existe, e atua sobre os interstícios da vida, reduzida à vida nua, ao seu aspecto puramente biológico, pois nunca é demais lembrar que em Foucault, os micropoderes se vinculam ao poder de Estado.

O sujeito construído e atravessado por inúmeros discursos que o delineiam e o constituem enquanto objeto, é multifacetado e múltiplo, mas isso não representa o fim da sua autonomia, da sua subjetividade, da sua

metade do século XVIII, e que tinha como meta o *corpo-espécie*. À busca pela instituição do *corpo-máquina* se relaciona o propósito da integração do corpo humano – máquina orgânica – a controles eficazes, direcionados à finalidades econômicas. Já o *corpo-espécie* manifesta o ideal do corpo transpassado pela mecânica do ser vivo, o corpo entendido como suportes de processos biológicos, sobre os quais passam a incidir os mecanismos de saber-poder. À implementação de mecanismos de saber-poder dirigidos ao corpo-máquina se vinculam dispositivos de vigilância e disciplinarização. No contexto de uma biopolítica, o controle se destina às populações – visando mapear, conduzir fenômenos como nascimento, reprodução, deslocamentos, doenças e morte.

¹⁹ AGAMBEN, Giorgio. _____. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

unicidade: isso pode ser o indício do desvencilhamento para com uma dada concepção de sujeito herdada da antiga filosofia do sujeito e não do fim do sujeito. Em outras palavras, não é o sujeito que não existe mais enquanto consistência ontológica, enquanto ser, é uma dada concepção de sujeito que agora agoniza.

Mas, esse sujeito, agora, atomizado nos diferentes saberes e práticas, percebido mediante diferentes possibilidades, como pensar sua subjetividade para além da sujeição?

Cabe lembrar que a noção de sujeito é historicamente construída e, portanto, pode ser desconstruída, uma vez que sua construção se dá mediante diferentes discursos, que atuam no sentido de afirmar verdades, e não de impor ideias. O poder é, portanto, afirmativo, e por isso, implica em resistência: o mesmo discurso que representa a dominação possibilita a resistência a ela, formas de assujeitamento, de possíveis subjetividades.

É nesse contexto que se vislumbra, no “último Foucault” a tese estética da existência: é na existência, no cuidado de si que o sujeito se faz enquanto subjetividade, em que pesem os discursos que o atravessam e pelos quais é constituído. Diferentes formas de subjetivação (e não sujeição), de tecnologias de si ou tecnologias do eu como estratégias de resistência, como afirma Ana Maria Burmester:

Para tanto, seria necessário uma outra posição do sujeito, uma outra posição desse sujeito, que não aquele monocórdia da ciência. Utilizar outras vozes, várias vozes, plurais e dissonantes, como nas análises de Foucault referentes a Pierre Rivière ou, ainda, a Herculine Barbin. Um parricida, um hermafrodita, amos escrevem ‘estranhas’ autobiografias. Ao se deter nesses personagens, Foucault teria adotado a ‘estratégia de abalar a categoria do sujeito que tem inúmeros nomes, e entre eles, o de autor.’²⁰

Dizer “sim a existência”, como afirma Margareth Rago, retomando a influência dos estudos de Nietzsche sobre Foucault: “Esse dizer sim, esse afirmar não é a aceitação passiva do instituído, não é o Sim do burro de Zaratustra, para quem afirmar é carregar o peso do mundo, é assumir a

²⁰ Ibid, p. 31-32

realidade tal qual ela é, já que ele é sensível apenas àquilo que tem sobre o lombo, àquilo a que chama de real”.²¹

Tal postura manifesta uma atitude política, como afirma André Duarte, e não pode ser assumida sem riscos, afinal, segundo o autor, vivemos em tempos que Giles Deleuze e outros estudiosos influenciados por Foucault caracterizam como a terceira fase do biopoder: a sociedade de controle, contexto em que as formas de dominação já estão a tal ponto introjetadas em nosso dia-a-dia e se manifestam de uma forma tão sofisticada – valendo-se, sobretudo, da tecnologia - que não só não as percebemos como ainda nos sentimos seguros, confortados, felizes com o que fazem conosco! Diante de tal situação, fica difícil pensar em espaços de autonomia e liberdade ...

Qual a possibilidade que se insinua em Foucault, dentro de uma cartografia do sujeito, no contexto de uma sociedade de controle? A do sujeito como autor de si, afirma Burmester. Mas, o que significa pensar o sujeito como autor de si mesmo? Em texto intitulado “O que é um autor”? e que foi publicado junto com dois outros textos “A vida dos homens infames” e “A escrita de si” uma questão geral se sobressai: a temática da relação entre o sujeito e a escrita.

Na obra “O que é um autor” Foucault discute o quanto a sociedade moderna tendeu a anular a figura do autor, daquele que produz os textos. O rigor metodológico do cientificismo positivista passou a exigir o distanciamento tanto maior quanto possível, entre o autor e sua obra, a ponto de o primeiro não deixar sinais de suas posições pessoais, sua visão de mundo implícita no texto: a obra deveria falar por si.²²

Esse processo de anulação do autor em função do aparecimento da obra e a própria construção da obra, que não depende apenas da intenção do autor, mas de todo um rigor metodológico e da intervenção dos mecanismos de impressão, editoração e venda, aponta para a tentativa de ocultar quem fala. Isso se faz presente, sobretudo no discurso científico. A anulação do sujeito faz com que o discurso adquira “vida própria” aos olhos dos leitores, embora essa

²¹ RAGO, Margareth. Dizer sim à existência. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.) **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 255.

²² FOUCAULT, M. **O que é um autor**. Passagens. Veja: Alpiarca, 2002.

vida própria não exista efetivamente, mas apenas como uma estratégia do poder.

Essas considerações, se encaminhadas para a nossa discussão sobre o sujeito, podem ajudar a entender porque ao ser transpassado por inúmeros discursos, é também destituído da autoria de sua existência. No entanto, se considerarmos o outro texto presente na coletânea “A vida dos homens infames” perceberemos pessoas, que desafiaram, com a escrita das suas vidas, uma determinada compreensão de normalidade vinculada pelos discursos a cerca do ser humano.

Ao explorar essas “improváveis e estranhas” autobiografias, Foucault talvez possa querer chamar a nossa atenção para o fato de que cada vida talvez possa ser escrita e lida por si mesma, e que o sujeito possa tomar as rédeas de uma escrita muito específica: a escrita da sua própria existência. Pois, ali mesmo, onde impera e incide o poder, resiste a fonte da resistência ao poder: a vida, uma vida. O sujeito como autor, a vida como obra de arte. E perguntando-se sempre: o que é isto mesmo que estamos fazendo da nossa vida? Dessa vida, única vida?

O que me surpreende é o fato de que, em nossa sociedade, a arte tenha se transformado em algo relacionado apenas a objetos e não à indivíduos ou à vida; que a arte seja algo especializado ou feita por especialistas que são artistas. Entretanto, não poderia a vida de todos se transformar numa obra de arte? Por que deveria uma lâmpada ou uma casa ser um objeto de arte, e não a nossa vida?²³

REFERÊNCIAS

²³ FOUCAULT, Michel. Sobre a genealogia da ética. Uma revisão do trabalho. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 261

- AGAMBEN, Giorgio. _____. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BURMESTER, Ana Maria. A vida como obra de arte: o sujeito como autor? In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.) **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DUARTE, André. **Vidas em Risco**. Crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. São Paulo: Forense Universitária, 2010. p. 69.
- FOUCAULT, M. **O que e um autor**. Passagens. Veja: Alpiarca, 2002.
- _____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida
- _____. **As palavras e as coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- LOBO, Andréa Maria Carneiro. **Desvanecimento poético**: outra existência possível nos textos de Paulo Leminski e Ana Cristina César. Dissertação de Mestrado. Curitiba, Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, 2005.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. v. 1.
- _____. **FOUCAULT, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- MILLS, SARA. **Michel Foucault**. London: Routledge, 2003.
- RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- RAGO, Margareth. Dizer sim à existência. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.) **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.